

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

RELATÓRIO SEMESTRAL

Ano Judicial de 2019



Sala de audiências no Tribunal Judicial de Elvas

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

Branca Maria Lima

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

RELATÓRIO SEMESTRAL - Índice

I. Introdução

II. ESTADO DOS SERVIÇOS

II.1 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

II.2 TÉCNICOS DE JUSTIÇA

III-QUALIDADE DA RESPOSTA

A. Criminalidade geral

A.1 Objectivos processuais

A. 2 Utilização dos mecanismos de consenso e diversão

A.3 Comparação da actividade processual do MP entre juízos locais

A. 4 Julgamentos nos juízos locais

A.5 Julgamentos no Juízo Central Criminal

B. Jurisdição laboral

C. Jurisdição de família e menores

D. Redes de violência doméstica

IV. Conclusões

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

I-INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto no art.º 101º, nº 1, alínea b) da LOSJ compete ao Magistrado do Ministério Público Coordenador “*elaborar um relatório semestral sobre o estado dos serviços e a qualidade da resposta*”.

No presente relatório far-se-á uma análise sucinta sobre o estado dos serviços e a qualidade da reposta, delegando-se para o relatório anual uma análise mais pormenorizada da actividade processual da comarca, com base nos elementos globais então determinados.

II. ESTADO DOS SERVIÇOS

II.1 QUADRO DE MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

1.No início do ano e na sequência da publicação do movimento de Magistrados do Ministério Público, publicado na II Série do Diário da República de 3 de Janeiro de 2019, foram colocados na comarca os seguintes magistrados:

- Procuradoria do juízo local de Elvas- Lic. Carolina Andreia Marques Sousa Dias e Lic. Marta Alexandra Ramos Rosa.
- Procuradoria do juízo local de Portalegre- Lic. Ana Sofia da Costa Traqueia.
- Procuradoria do juízo local de Ponte de Sor- Lic. Marta Sofia Teresa da Saúde e Lic. Telmo José Freire de Oliveira.
- Procuradoria do juízo de competência genérica de Fronteira- Lic. Artur Ricardo Crespo Pereira.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

- Procuradoria do juízo de competência genérica de Nisa- Lic. Marta Isabel Robalo Barata.

Por decisão da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público de 21 de Dezembro de 2018, foram colocados na comarca os seguintes Magistrados do Quadro Complementar da Procuradoria Geral Distrital de Évora:

1. Lic. Vera Lúcia Costa, na Procuradoria do juízo local de Portalegre e
2. Lic. João Pedro Silva Alves, na Procuradoria do juízo local de Elvas.

Para além dos magistrados supra identificados, exerceram ainda funções os seguintes magistrados:

- ✓ Lic. Carlos Alberto Bernardo Vaz Ferreira, no juízo Central Cível e Criminal de Portalegre,
- ✓ Lic. José Mourato Carvalho, Procurador da República no juízo de Trabalho,
- ✓ Lic. Maria José Rodrigues, Procuradora- Adjunta no juízo local de Elvas,
- ✓ Lic. Gisela Cristina Melo Nogueira e Santos Cavaco, Procuradora-Adjunta no juízo local de Portalegre e
- ✓ Lic. Cristiana da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Procuradora-Adjunta no juízo local de Portalegre.

No presente semestre o quadro de magistrados do Ministério Público esteve preenchido conforme se descreve no quadro que segue:

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Juízos locais	Magistrados
Elvas	4 Procuradores-adjuntos, sendo um do Quadro Complementar de Évora
Nisa	1 Procurador-Adjunto
Ponte de Sor	2 Procuradores-Adjuntos
Portalegre	3 Procuradoras-Adjuntas até 03/05/2019 2 Procuradoras-Adjuntas até 30/06/2019
Fronteira	1 Procurador-Adjunto
Juízos Centrais	2 Procuradores da República

A Dra. Vera Lúcia Costa, Procuradora-Adjunta do Quadro Complementar de Évora, a exercer funções no juízo local de Portalegre em substituição da Dr.^a Ana Sofia Traqueia, foi colocada na comarca de Faro, conforme decisão do Exmo. Senhor Procurador-Geral Distrital de Évora de 3 de Maio de 2019.

Não dispondo de outra solução que permitisse assegurar tal lacuna no serviço e considerando que a Dr.^a Ana Sofia Traqueia, Procuradora-Adjunta no juízo local de Portalegre, apenas assumirá funções em 10 de Agosto de 2019, foi solicitada e obtida autorização do Conselho Superior do Ministério Público no sentido de a Senhora Procuradora-Adjunta Dr.^a Marta Isabel Robalo Barata, colocada na Procuradoria do Juízo de competência genérica de Nisa, exercer também funções nos serviços do Ministério Público de Portalegre.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

A decisão do Conselho Superior do Ministério Público, datada de 7 de Maio de 2019, determinou que a senhora procuradora-adjunta, colocada nos serviços do Ministério Público de Nisa, passe também a desempenhar funções nos serviços do Ministério Público de Portalegre, medida essa que vigorará até ao reinício de funções da Dr.^a Ana Sofia Traqueia.

Foi então necessário distribuir o serviço por todas as restantes magistradas de Elvas, nos termos constantes da OS nº 8/2019.

Quadro necessário

A comarca de Portalegre é uma das três únicas comarcas do país onde não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio.

Abrange 15 concelhos, cada um com uma CPCJ.

Para além da interlocução com cada uma destas CPCJ, do acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e jovens, os magistrados colocados nos Juízos locais têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos CMS sempre que convocados em cada um dos 15 concelhos.

O volume processual da comarca onerado com a falta de especialização e com o trabalho de representação do MP junto da comunidade, imporiam que o quadro de procuradores-adjuntos fosse alterado prevendo-se, no mínimo, a colocação de 12 magistrados nos Juízos Locais, assim repartidos:

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Elvas	4
Fronteira	1
Ponte de Sor	2
Portalegre	4
Nisa	1

II. 2 QUADRO DE TÉCNICOS DE JUSTIÇA: Quadro legal

Juízos locais	Quadro legal	Em exercício de funções
Elvas	3 (1 Técnico de Justiça adjunto e 2 auxiliares)	4
Fronteira	2 Técnicos de Justiça-adjuntos, sendo um em Avis.	1
Ponte de Sor	2 (1 Técnico de Justiça adjunto e 1 Técnico de Justiça auxiliar)	1
Portalegre	7 (1 Técnico de Justiça principal, 4 Técnicos de Justiça adjuntos e 2 Técnicos de Justiça Auxiliares)	6
Nisa	2 Técnico de justiça-adjuntos, sendo um em Castelo de Vide	1
Juízos centrais e do Trabalho		1

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

De 16 técnicos de justiça previstos na Portaria 93/2017, de 06.03 (revista pela 118/19 de 18 de Abril em vigor desde 23 de Abril), apenas estiveram em funções 14.

III.2 Quadro necessário

Como vem sendo enfaticamente assinalado em relatórios anteriores, a falta de um Técnico de Justiça Principal em Elvas, que é o núcleo com maior número de inquéritos da comarca, é uma enorme lacuna na organização judiciária.

No entanto, neste momento, já sabemos que o lugar foi finalmente criado através da Portaria 118/2019, de 18 de Abril.

Acresce que vêm sendo evidenciadas notórias e sérias dificuldades nos serviços do Ministério Público de Elvas no cumprimento atempado do serviço distribuído aos senhores oficiais de justiça, pelo que o quadro necessário deveria ser o mesmo dos serviços do Ministério Público de Portalegre:

Proposta de quadro de quadro de técnicos de justiça para ELVAS:

- **7 (1 Técnico de Justiça principal, 4 Técnicos de Justiça adjuntos e 2 Técnicos de Justiça auxiliares).**

Em Ponte de Sor verificaram-se notórias dificuldades resultantes da transferência, em Setembro de 2017, de um senhor Técnico de Justiça- adjunto para outro tribunal, sem que, no seu lugar, fosse colocado outro Técnico de Justiça-adjunto.

Também aí valeu o apoio de uma Escrivã- auxiliar, face ao não preenchimento da vaga de Técnico de Justiça-Adjunto.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Pese embora a ajuda da senhora Escrivã-auxiliar, é imperativo o preenchimento da vaga de Técnico de Justiça-Adjunto, para colmatar as deficiências existentes.

III- QUALIDADE NA RESPOSTA

A. Criminalidade geral

No decurso do 1º semestre de 2019 deram entrada 1997 inquéritos.

Findaram-se 2273, ficando pendentes 2361 inquéritos, 170 dos quais suspensos.

Foram proferidas 210 acusações, sendo 12 em Tribunal Colectivo, 102 em Tribunal Singular, 7 em processo abreviado, 30 com aplicação do artº 16º, nº 3 do C.P.P., 54 em sumaríssimo e 5 acusações particulares.

Foi proferido despacho de arquivamento em 1825 inquéritos.

A criminalidade participada no primeiro semestre do corrente ano é sensivelmente a mesma face a idêntico período do ano anterior, registando-se apenas uma diferença, para menos, de três inquéritos.

A taxa de resolução processual teve um decréscimo em relação ao primeiro semestre do ano anterior, quedando-se nos 114%.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

1º SEMESTRE		
Inquéritos	2018	2019
Transitados	2896	2814
Entrados	2000	1997
Total	4896	4811
Findos	2187	2273
Suspensos	203	170

A.1 Objectivos processuais.

Para o ano judicial de 2018 judicial foram fixados, entre outros, os seguintes objectivos processuais:

“Incrementar a aplicação dos institutos de simplificação processual – suspensão provisória do processo, processos abreviados e sumaríssimos;

Promover a adequação e proporcionalidade das injunções aplicadas face aos crimes em causa;

Assegurar o correcto preenchimento da base de dados da suspensão provisória do processo;

Monitorizar a correcta inscrição de dados na plataforma informática do CITIUS;

Reduzir o número de processos anteriores a 2016.”

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Em 30/06/2019 mostravam-se pendentes 37 (trinta e sete) inquéritos instaurados antes de 2016 conforme mapa que segue:

Inquéritos anteriores a 2016	Inquéritos 2016	Juízos
20 (um de 2011; um de 2013, dois de 2014 e dezasseis de 2015)	51	Elvas
10 (dois de 2014 e oito de 2015)	13	Portalegre
0	0	Nisa
14 (dois de 2014 e doze de 2015)	39	Ponte de Sor
3 (todos de 2015)	4	Fronteira

No decurso do presente semestre houve, pois, uma evidente recuperação de processos que se mantinham em investigação com prazos razoáveis claramente ultrapassados e que agora se cifram em 1,6% da totalidade dos inquéritos pendentes em 30/06/2019.

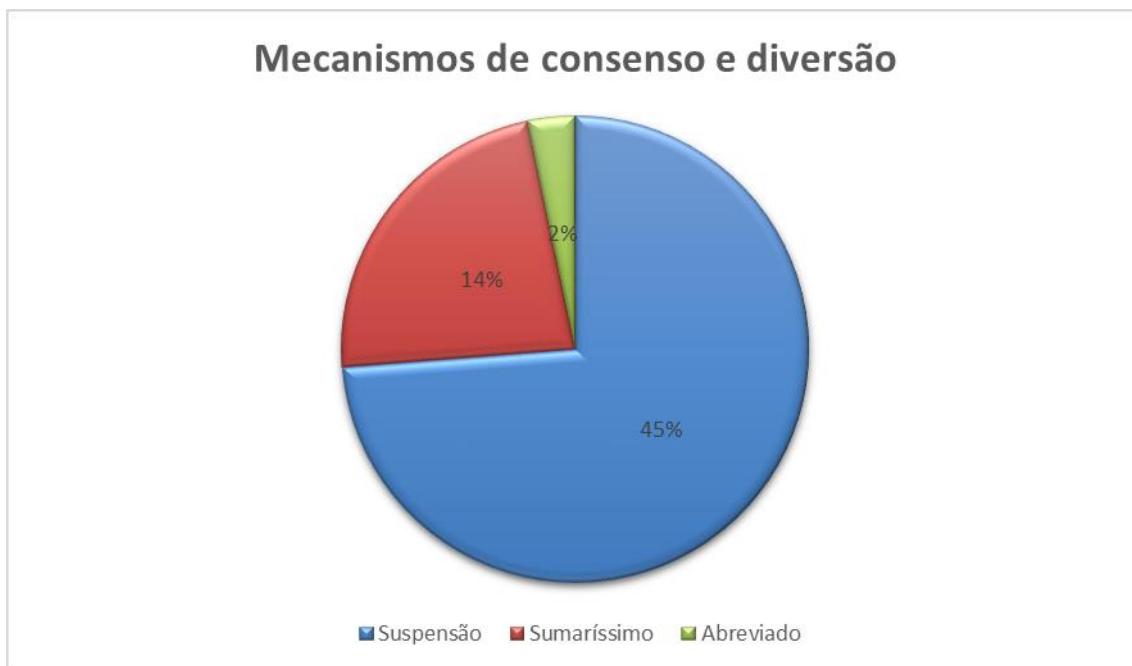
A.2 Utilização dos mecanismos de consenso e diversão

No decurso do semestre atingiu-se uma percentagem total de 61% do total da indicição na utilização dos mecanismos de consenso e diversão, muito superior à de igual período do ano transacto em que se atingiu o valor de 46% da indicição, conforme discriminado no gráfico que segue:

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



A.3. Comparação da actividade do Ministério Público entre Juízos locais

No essencial, a criminalidade participada diminuiu em quase todos os juízos, tendo sofrido apenas um aumento relevante em Fronteira (16,7%) e um aumento de 9,9% em Nisa, tal como decorre dos mapas que se seguem:

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

1º Semestre de 2018			
Unidades orgânicas	2018	2019	Diferença
Elvas	847	833	-1,7 %
Fronteira	233	272	+ 16,7%
Nisa	111	122	+ 9,9%
Ponte de Sor	307	279	-9%
Portalegre	502	491	- 2,2%
Totais	2000	1997	

A.4 JULGAMENTOS NOS JUÍZOS LOCAIS:

Nos 5 juízos locais - Elvas, Fronteira, Ponte de Sor, Portalegre e Nisa - e no decurso do 1º semestre de 2019, foram julgados 211 inquéritos em processo comum singular; 93 sumários; 49 sumaríssimos e 14 em processo abreviados.

A.5 JULGAMENTOS NO JUÍZO CENTRAL CRIMINAL:

No decurso do semestre judicial foram julgados vinte e cinco inquéritos em Tribunal Colectivo, sendo 23 com condenação e dois com absolvição.

B. JURISDIÇÃO LABORAL

Deram entrada 96 processos de acidente de trabalho, tendo-se finalizado 91.

Foram instaurados 14 processos administrativos para propositura ou acompanhamento de acções.

Foram interpostas sete acções em patrocínio dos trabalhadores, duas em processo por

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

acidentes de trabalho e uma impugnação de estatutos.

Foram atendidas sessenta e seis pessoas.

C. JURISDIÇÃO DE FAMÍLIA E MENORES

Foram instaurados 77 processos de promoção e protecção, tendo-se findado 42.

Em 30 de Junho de 2019 mostravam-se pendentes 65 processos de promoção e protecção.

Deram entrada 61 processos tutelares educativos, tendo-se finalizado 24.

Em 30 de Junho de 2019 mostravam-se pendentes 74 inquéritos tutelares educativos.

D. REDES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A 24.01.2017 e 39 de Maio de 2019 foram assinados dois protocolos para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género, com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, as 15 câmaras municipais do distrito de Portalegre, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, o Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre, a procuradoria da Comarca de Portalegre, a Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direcção de Serviços da Região Alentejo, a Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, as 15 CPCJ do distrito, o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre, o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Portalegre, o Instituto Politécnico de Portalegre, a Federação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, a Associação Portuguesa de Apoio a Vítima e a Cruz Vermelha Portuguesa.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Tais redes tiveram já reuniões, com a presença do Ministério Público, para delinear formas e objectivos de articulação e de actuação.

IV- Conclusões

1. Os objectivos processuais definidos para o corrente ano judicial têm vindo a ser alcançados, sendo agora residual o número de processos anteriores a 2016.
2. A criminalidade participada, em relação ao mesmo período de 2018, diminuiu em todos os juízos, à excepção de Fronteira e Nisa, onde se verificaram aumentos de 16,7% e 9%, respectivamente.
3. Houve um incremento dos mecanismos de consenso e diversão na ordem dos 15%, que ascendeu aos 61% da indicição.
4. O número de processos em que foi deduzida acusação correspondeu a 9,5% do total de processos findos.
5. A taxa de resolução processual foi de 114%.
6. O Ministério Público participou em várias reuniões no âmbito da prevenção da violência doméstica.

Portalegre, 13 de Julho de 2019

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora
(Branca Maria Lima)